

# A inclusão de alunos deficientes auditivos e/ou surdos nas aulas de educação física: dificuldades e possibilidades

**Ms. Flávia Temponi Góes**  
Fundação Helena Antipoff  
flaviatemponi@hotmail.com

**Fabiana Junia de Oliveira**  
Fundação Helena Antipoff

**Emanuela Alves**  
Fundação Helena Antipoff

**Resumo:** Este trabalho apresenta um estudo de caso a partir de uma abordagem qualitativa acerca das dificuldades e possibilidades existentes na inclusão de alunos deficientes auditivos e/ou surdos nas aulas de Educação Física em uma escola estadual de ensino regular de Belo Horizonte/MG. Pretendeu verificar quais são as adaptações realizadas pelos professores de Educação Física para a realização de aulas inclusivas. Foi realizada uma entrevista semi-estruturada com o professor de Educação Física. Conclui-se que, apesar de poucas adaptações feitas pelo professor, a inclusão de alunos deficientes auditivos e/ou surdos nas aulas de Educação Física acontece por meio de atividades em grupo. É fundamental que o professor diversifique as aulas e insira novos desafios em seu planejamento.

**Palavras-chave:** Educação Física, Deficiência auditiva, Inclusão escolar.

## Introdução

As discussões atuais sobre igualdade giram em torno do problema da inclusão e exclusão, que através das políticas públicas educacionais, tem se assumido a idéia de uma sociedade inclusiva (SOUTO et al. 2010).

Desta forma, as pessoas com necessidades especiais têm que serem aceitas por suas possibilidades e não por suas dificuldades ou incapacidades. Assim como qualquer pessoa, os deficientes têm necessidade de ocupar seu lugar, seja ele no trabalho, na escola ou na sociedade. Para isso, depois da família, a escola passa a ser o espaço fundamental para o desenvolvimento e socialização da criança (MARQUES, SILVA, SILVA, 2008).

A inclusão permite que o aluno com deficiência demonstre suas qualidades e potencialidades a fim de alcançar seu objetivo. Quando isso não lhe é permitido, a criança pode inibir processos necessários para uma melhor qualidade de vida, tais como a autonomia, troca de experiências, prática de atividades, etc. (MARQUES, SILVA, SILVA, 2008).

A partir daí, a Constituição Federal brasileira de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, Nº 9394/96 e as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001), motivadas principalmente pela Declaração de Salamanca, estabelecem que a educação das pessoas com deficiência deva ser preferencialmente na rede regular de ensino (ALBUQUERQUE, MACHADO, 2002). Assim, permite aos alunos deficientes a presença na sala de aula juntamente com alunos que não possuem deficiência, com os mesmos direitos de acesso ao currículo escolar, propiciando a oportunidade de se prepararem para a vida na comunidade (SOUTO et al. 2010).

Porém, para que a integração e inclusão realmente aconteçam é preciso o apoio das famílias, escolas adaptadas às suas necessidades e professores capacitados que tenham conhecimentos sobre a deficiência, sabendo quais são as causas, as formas de prevenção, como se dá a comunicação e cuidados para que não ocorra a discriminação (MACIEL, MIGUEL, VENDITTI JUNIOR, 2009). Diante disso, assim como as demais disciplinas, a “Educação Física deve proporcionar possibilidades às pessoas com necessidades especiais, para que as mesmas consigam identificar suas necessidades e capacidades” (MACIEL, MIGUEL, VENDITTI JUNIOR, 2009, p. 01). É válido registrar que dentre o leque de conceitos que caracterizam tais pessoas, esta pesquisa limitou-se, em especial, àquelas que apresentam algum tipo de deficiência auditiva.

Dentre as deficiências humanas, a que mais interfere diretamente no desenvolvimento da linguagem, fala, comunicação e aprendizado é a Deficiência Auditiva (DA) (CRUZ et al. 2009). A DA e/ou surdez é caracterizada pela diminuição ou perda da capacidade de ouvir sons e compreender a fala. Pessoas com essa deficiência apresentam defasagem na sua capacidade de compreensão do som e aquisição da linguagem oral, acarretando limitações na comunicação, utilizando-se da língua de sinais para se comunicar - LIBRAS (GORGATTI, COSTA, 2008).

Assim como as outras disciplinas, a Educação Física é fundamental para inclusão do aluno com DA e/ou Surdez na escola, sendo necessário que o professor esteja preparado, criando estratégias de ensino capazes de satisfazer todos os alunos e garantir a educação sem exclusão. O ideal é que o mesmo acredite no potencial e no desempenho do aluno para que possa se sentir incluído (MACIEL, MIGUEL, VENDITTI JÚNIOR, 2009).

Nessa direção, o professor de Educação Física deve buscar a participação dos alunos organizando as aulas de modo que favoreça o processo educativo. Tal favorecimento inicia-se a partir de assumir um papel fundamental na superação da visão da deficiência, buscando a participação dos alunos através de um planejamento de aulas diversificado. Aulas que os incentivem ao movimento corporal, proposto de forma efetiva o desenvolvimento das práticas pedagógicas voltadas à diversidade, independente das diferenças (SOUTO et al, 2010).

A presente pesquisa problematizou: quais são as dificuldades e possibilidades para a inclusão de alunos deficientes auditivos e/ou surdos nas aulas de Educação Física? Teve como objetivo geral identificar quais as dificuldades e possibilidades para a inclusão de alunos deficientes auditivos e/ou surdos nas aulas de Educação Física. Para tanto foi necessário: analisar as diferentes estratégias para a inclusão de alunos DA e surdos nas aulas de Educação Física e verificar se são adotadas adaptações pelos professores de Educação Física para a realização da inclusão. Metodologicamente, foi realizado um estudo de caso, análise bibliográfica, revisão documental e entrevista semi-estruturada com o professor de Educação Física de uma escola de ensino regular na cidade de Belo Horizonte/MG.

## Educação Inclusiva: um verdadeiro desafio

A inclusão tem como meta não deixar nenhum aluno fora do ensino regular, desde o início da escolarização, propondo que a escola é quem deve se adaptar ao aluno. Inclusão implica o compromisso que a escola deve assumir de educar cada criança. O aluno deficiente é visto com direito de igualdade, de acessibilidade e de oportunidades (MITTLER, MITTLER, 2001). Portanto, a inclusão é um processo que contribui para a construção de um novo tipo de sociedade através de transformações, nos ambientes físicos e na mentalidade de todas as pessoas, incluindo também a própria pessoa com necessidades especiais.

Oliveira (2002) afirma que a inclusão na educação se refere ao direito à aprendizagem e participação de todos os alunos com algum tipo

de deficiência. Stainback (1.999), citado por Marques, Silva, Silva (2008, p. 04), afirma que “o objetivo da inclusão não é apagar as diferenças, e sim fazer com que todos os alunos pertençam a uma comunidade educacional que valorize a individualidade”. Portanto, devemos respeitar as diferenças, para que ocorra a inclusão do aluno independentes da sua origem, classe social, étnica ou lingüística, dentro das salas de aulas de escolas regulares.

A idéia de que as pessoas com necessidades especiais podem e devem ser tratados com igualdade pela sociedade ainda é recente. Em Julho de 1994, com a Declaração de Salamanca, resultante da Conferência Mundial sobre Necessidades Especiais, que teve principal objetivo a atenção educacional a estudantes com necessidades especiais, os países envolvidos, inclusive o Brasil, se comprometeram a transformar o sistema de educação em sistemas educacionais inclusivos, surgindo aí a expressão Educação Inclusiva (SILVA, SAMPAIO, 2010).

Desde então, a inclusão passou a ser vista não mais como uma dificuldade ou um problema e sim como uma conquista. Ela é um direito das pessoas com necessidades especiais. Por isso, a criança deficiente deve ser motivada pelos pais, acolhida pela escola e pelos que compõem a mesma. “[...] os alunos em geral devem aprender juntos sempre que possível, apesar das dificuldades que possam ocorrer” (MACIEL, MIGUEL, VENDITTI JUNIOR, 2009, p. 05).

Surge então no Brasil a Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional (LDB), nº 8.069 de 1996 que trazem nos artigos 58 e 59, normas claras sobre a igualdade de oportunidades para todas as pessoas, inclusive aquelas com algum tipo de deficiência. O texto cita a obrigação do estado em criar ações que possibilitem uma educação inclusiva dentro da rede regular de ensino, possibilitando serviços de apoio especializados para atender às necessidades desses alunos com professores especializados (BRASIL, 1996).

Assim, a escola inclusiva deve se adaptar para atender as necessidades individuais de cada aluno, independente do tipo de deficiência, passando por reestruturações, seja no nível físico, administrativo e pedagógico, valorizando as diferenças e a singularidade de cada um, pois os alunos com deficiência têm o mesmo direito dos alunos sem deficiência. Nesse sentido [...] “é preciso que a escola procure inovar seus métodos de ensino, materiais, e além de ter todo um conteúdo preparado é importante acima de tudo o respeito das pessoas com a deficiência do próximo” (MACIEL, MIGUEL, VENDITTI JUNIOR, 2009, p. 08).

A verdadeira inclusão deve ser além de um conceito, um ato. Para isso, as escolas precisam passar por transformações físicas e buscar estra-

tégias de ensino-aprendizado adequadas com o objetivo de adequar-se às necessidades dos alunos com todo o tipo de deficiência. Fazendo isso as escolas estão contribuindo para que o ambiente escolar se torne acolhedor, favorecendo a aprendizagem e valorizando as diferenças (SME-LHA, FERREIRA, 2008). Considerando a realidade das escolas brasileiras percebe-se que a inclusão torna-se um desafio. As prioridades encontradas para a inclusão nas escolas e a má preparação dos docentes; sistemas educativos inadequados, falta de metodologia apropriada e falta de conhecimentos dos docentes para trabalhar com crianças deficientes. (LOPES, VALDÉS apud COSTA, 2010, p.06)

Outro ponto relevante diz respeito aos professores que podem ser considerados como os profissionais com maior capacidade para enfrentar os desafios relacionados à inclusão. Por isso devem buscar novos conhecimentos sobre a educação inclusiva, a fim de superar suas concepções, opiniões, atitudes e comportamentos diante do aluno deficiente (FILHO et al. 2011). A questão da inclusão de alunos especiais nas escolas regulares está bem amparada pela Lei, mas encontra-se diante de um caminho bifurcado entre o direito garantido e o que é proporcionado pelas escolas (SOUTO et al. 2010).

Assim, a existência de leis não é suficiente para a garantia da prática. As leis por si só não conseguem mudar as relações sociais. O simples cumprimento da lei, sem as devidas reflexões sobre a importância da inclusão, seria um ato irresponsável, pois quem aceitar a inclusão vendo apenas a legalidade estará reforçando e colocando em prática uma ação sem compromisso com a realidade (LACERDA, 2006).

Segundo Laplane (2004) citado por Lacerda (2006, p. 168) o discurso da inclusão ainda se contradiz a realidade das escolas públicas brasileiras que se caracteriza por “classes superlotadas, instalações físicas insuficientes, quadro docente cuja formação deixa a desejar”. Ficando claro que não basta que os professores busquem alternativas para que ocorra a inclusão sem o devido empenho das escolas. Todos devem estar envolvidos neste processo para que o objetivo seja alcançado (MACIEL, MIGUEL, VENDITTI JÚNIOR, 2009).

Outro dificultador para a inclusão da criança com deficiência nas escolas regulares é o pré-conceito dos pais de alunos que não possuem deficiência, ditos “normais”, de estudarem em uma escola juntamente com crianças com necessidades especiais, achando que a escola diminuirá o nível de qualidade de ensino. Também os próprios pais dos alunos deficientes que, na intenção de proteger o filho deficiente da exclusão, preferem que o filho frequente escolas especializadas para que não sejam alvo de preconceito, privando o filho do direito a igualdade,

de serem respeitados e de serem vistos como uma pessoa como outra qualquer (MACIEL, MIGUEL, VENDITTI JÚNIOR, 2009).

Diante das informações mencionadas acima percebe-se que a inclusão representa, portanto um grande desafio para as escolas que tem que se adequar e levar em conta a ampla diversidade das características e necessidades dos alunos, adotando um modelo centrado no mesmo e não no conteúdo, com ênfase na aprendizagem e não, apenas, no ensino (MACIEL, MIGUEL, VENDITTI JÚNIOR, 2009).

### **A importância do conhecimento do profissional de Educação Física para criar estratégias pedagógicas e atuar com alunos DA e/ou surdo**

De acordo com Costa (2010), os cursos de licenciaturas estão escassos de disciplinas que possam contribuir para a formação dos docentes. Desta forma, quando ingressam na educação básica, encontram uma realidade muito presente, mas pouco discutida que é a inclusão escolar. São poucos os cursos que preparam e qualificam os futuros professores para essa nova realidade educacional. Assim, a inclusão de alunos considerados deficientes acaba sendo vista como um problema restrito de competência dos professores, sendo este considerado o responsável pelo fracasso ou pelo sucesso desses alunos (SILVA, SAMPAIO, 2010).

No que tange a Educação Física, o problema ainda é maior, se for vista e reconhecida como treinamento cujo princípio gera em torno de rendimento, esta disciplina pode ser considerada exclusiva para aqueles que necessitam de atendimento diferenciado (SOUTO et al. 2010). A Educação Física tem um papel fundamental na educação, possibilitando experiências e desafios que favorecem a criatividade e a descoberta de novos movimentos, dos limites e dos sentimentos expressos através da linguagem corporal, possibilitando o conhecimento do próprio corpo, facilitando sua independência e autonomia, em busca de uma aceitação social (SOUTO et al. 2010).

Com o princípio da inclusão, a Educação Física deve propor, de forma efetiva, atividades voltadas para a diversidade, tornando-a aberta a todos os alunos, independente de suas diferenças sociais, motoras, cognitivas, econômicas, dentre outras. Para tanto, assim como as demais disciplinas, a Educação Física deve estar inserida no esforço coletivo de promover a inclusão, mesmo que seja preciso fazer uso de estratégias diferenciadas que possam funcionar para diminuir as barreiras referentes à participação dos alunos com deficiência nas aulas (SOUTO et al. 2010).

Diante disso, pode-se afirmar que a Educação Física é importante para os alunos com deficiência DA e/ou surdez se sintam incluídos, participando ativamente das atividades propostas. Para tanto é preciso adaptações e cuidados com os que possuem dificuldades de coordenação motora, lembrando que a atividade física pode ajudá-los no desenvolvimento motor (SILVA, SAMPAIO, 2010). Um exemplo é o esporte adaptado que é elaborado seguindo uma metodologia que respeite e valorize as necessidades e características do aluno, fazendo com que suas habilidades fiquem em evidência, e não as limitações causadas pela deficiência que possui (RIBEIRO, 2009).

A Educação Física possui conteúdos diversificados, bastando apenas que o professor elabore propostas inovadoras para que os alunos deficientes se sintam estimulados a aceitar o desafio. Segundo Gorgatti, Costa (2008), o motivo para os alunos com deficiência não participarem das aulas de Educação Física, em maior parte dos casos não é em função da deficiência do aluno e sim o despreparo do professor.

É preciso mostrar por meio das atividades da Educação Física que os alunos com corpos deficientes podem se tornar eficientes diante da oportunidade de participação. Essa oportunidade depende muito daquele que está diante do processo de ensino-aprendizado. Por isso, o professor deve ser capacitado, sabendo respeitar os níveis de desenvolvimento motor e a cultura corporal dos alunos (SOUTO et al. 2010).

Outra possibilidade de trabalho para a inclusão dos alunos com DA e/ou surdez é o trabalho com atividades inclusivas, na qual os alunos simulam a deficiência. Esse tipo de proposta proporciona ao aluno ouvir a percepção das dificuldades encontradas pelo colega com DA e/ou surdez. O professor deve incentivar e conversar com os alunos sobre a experiência vivida. Esse tipo de atividade proporciona ao aluno conhecer as suas possibilidades e seus limites, além de favorecer a confraternização entre eles (COSTA, SOUZA, 2004).

Segundo Gorgatti, Costa (2008), um dos obstáculos para a inclusão do aluno com DA e/ou Surdo é a falta de comunicação entre o aluno deficiente e o professor. Por isso é importante que o mesmo de Educação Física tenha conhecimento da Língua Brasileira de Sinais. Registra-se aqui a importância da inclusão de LIBRAS como disciplina curricular. É necessário também que o professor conheça a deficiência, suas características e quais as dificuldades essa perda acarreta no aprendizado. É fundamental saber sobre as limitações que os DA e surdos possuem para saber atuar nas aulas de Educação Física (LACERDA, 2006).

Para Souto et al (2010), não é tarefa fácil para a escola e para os professores de Educação Física assumir o compromisso de incluir os alu-

nos com DA e/ou surdos nas aulas de Educação Física, mas esse desafio irá trazer possibilidades reais de benefícios aos alunos que buscam a superação. Através de brincadeiras, jogos, atividades recreativas e esportes coletivos e individuais pode-se ampliar seus conhecimentos, contribuindo para a formação humana dos mesmos, além de “desenvolver o conhecimento e o sentimento de confiança em suas capacidades afetiva, física, cognitiva” (BRASIL, 1997, p.07).

Para isso é fundamental que o professor de Educação Física esteja preparado para receber estes alunos, com conhecimentos satisfatórios capazes de proporcionar aulas qualificadas que contemple diversos conteúdos (dança, esportes, lutas, ginásticas, jogos e brincadeiras), podendo assim garantir uma educação igualitária, sem exclusão. (MACIEL, MIGUEL, VENDITTI JUNIOR, 2009). Assim, a formação do professor deve compreender a história dos alunos com DA e/ou surdo, as restrições sociais e familiares a que são submetidos, as formas de construção do saber e os instrumentos pedagógicos que possibilitem terem participação e ensino de qualidade (LACERDA, 2006).

## Resultados e Discussões

Para compor o estudo de caso deste trabalho foi entrevistado um professor que ministra aulas para alunos DA e surdos. Sobre sua formação acadêmica é interessante saber que o mesmo tem 17 anos de experiência, sendo que há apenas um ano trabalha com os alunos foco desta pesquisa em uma escola de ensino regular localizada de Belo Horizonte/MG.

O professor atualmente possui cinco alunos surdos e um aluno DA na escola referida. Perguntado sobre a conceituação das terminologias Deficiente Auditivo e Surdo, o mesmo a descreveu da seguinte maneira: “o surdo não tem percepção auditiva, enquanto o deficiente auditivo tem o auxílio de aparelho para perceber o som”. O que está de acordo com Gorgatti, Silva (2008), que classificam os indivíduos com perda auditiva leve, moderada e severa como deficientes auditivos e os indivíduos com perda auditiva profunda como surdos. Sendo que as pessoas com deficiência auditiva leve e moderada fazem o uso do Aparelho de Amplificação Sonora Individual – AASI, que possibilita receber informações sonoras o que não acontece com as pessoas com surdez severa e profunda.

Foi perguntado ao entrevistado se existe algum tipo de adaptação (materiais, espaço, mudanças de regras, dentre outros) para que os

alunos participem das aulas de Educação Física. Interessante saber que, segundo o professor que as atividades não precisam ser adaptadas para que ocorra a participação dos alunos DA e surdos. Segundo o depoimento do entrevistado, as aulas devem ser pensadas de uma forma que possam ser motivantes tanto para os alunos DA e Surdos como também para os alunos que não possuem tal deficiência, fazendo com que todos sintam vontade de realizar as atividades propostas. Diante disso, verifica-se que a motivação é um dos principais fatores para a participação dos alunos seja ele deficiente ou não. O professor que conduz a aula deverá ser o mediador da atividade apresentando-a de forma atrativa e dando sentido a mesma fazendo com que as diferenças sejam respeitadas.

Segundo o entrevistado,

[...] as aulas não precisam ser modificadas para que os alunos surdos e DA possam participar, preparo atividades que possam ser realizadas em grupos onde eles possam se ajudar quando for preciso. Os alunos desta escola se conhecem bem, estão juntos há alguns anos e por isso se ajudam quando existe necessidade. Esse tipo de planejamento permite que o aluno seja incluído sem a necessidade de adaptações nas regras, material ou espaço físico.

Diante disso, percebe-se que a interação existente nesse grupo de alunos permite que as aulas sejam mais dinâmicas e produtivas. Além disso, pode-se afirmar que isto facilita o planejamento das atividades bem como a realização e participação dos mesmos. Acredita-se que a partir disso, as adaptações sejam feitas por pequenas ações como um ajudando o outro quando o professor pede a atenção dos mesmos para explicar determinadas regras, atividade ou prática corporal.

Quanto à forma de comunicação que o professor diz que não possui capacitação em LIBRAS e que para lecionar às aulas as formas de comunicação com o aluno DA e os alunos surdos é por meio de códigos criados por ele e por meio do funcionário e intérprete que frequenta as aulas. O professor de Educação Física relata que criou os códigos e que tem alcançado bons resultados, mas que às vezes se sente perdido quando algum aluno tem alguma dúvida. Neste caso, o mesmo recorre ao intérprete.

Em alguns momentos os alunos tentam me dizer algo e não consigo entender, me sinto perdido e incapaz e recorro ao intérprete para que ele ajude, mas a maioria das vezes consigo entender o que eles querem me dizer e consigo também passar as informações durante as aulas por meio de códigos e eles conseguem entender o que digo.

Em vista de tais ponderações, ficou claro que é de suma importância criar mecanismos para se comunicar com tais alunos, pois sem ele seria muito difícil realizar a aula. Aqui coube ao professor buscar estratégias metodológicas para que haja um entendimento no processo de ensino-aprendizagem entre professor/aluno e vice e versa. Um fato que chamou a atenção foi o professor não ter curso de LIBRAS para ministrar as aulas para alunos DA e surdos. Isso demonstra que a Secretaria de Educação de Belo Horizonte/MG não possui nenhum pré-requisito para professores atuarem com este público. O ideal que este órgão ofertasse cursos para tal. Fica então sugerido um próximo tema de pesquisa.

Quanto às atividades propostas pelo professor de Educação Física, verificou-se que elas não sofrem adaptações, até porque, como foi mostrado não existe necessidade de adaptações já que os alunos surdos e DA participam sempre. De acordo com o professor entrevistado não existe a necessidade de adaptar as aulas porque os alunos deficientes ou não, estão acostumados em fazer aulas de Educação Física juntos. Ademais, as atividades são realizadas em grupos, assim sempre que necessário os alunos surdos e DA são auxiliados por outros alunos. É válido dizer que é notório a importância do convívio entre estes alunos. Por meio das atividades propostas pelo professor os alunos têm a oportunidade de colocar em prática os valores como respeito, companheirismo, solidariedade, dentre outros. Tudo isso, com certeza faz das aulas de Educação Física um momento rico para a formação humana dos alunos.

Com relação aos tipos de atividades pedagógicas que facilitam a inclusão dos alunos surdos e DA nas aulas de Educação Física, o professor relata que realiza jogos e brincadeiras como queimada, rouba bandeira e pega-pega, xadrez e dama. Referente ao esportes coletivos, são ministradas aulas como futsal, voleibol e handebol. Ele argumenta que “[...] atividades realizadas com os esportes coletivos permitem que os alunos surdos e o deficiente auditivo se sintam incluídos e não se sintam constrangidos diante a deficiência como acontece nos esportes individuais”.



Nesse caso, constata-se que os esportes individuais expõe e evidencia as possíveis limitações destes alunos. Acredita-se que o professor minimize tal constrangimento por meio de conversas na qual conscientize os alunos que todos, mesmo que por menor que seja, tem limitações em determinadas atividades esportivas ou não.

Foi questionado ao professor os tipos de atividades pedagógicas que dificultam a inclusão dos alunos surdos e DA nas aulas de Educação Física. O mesmo informou que não ministra aulas de esportes individuais, esportes adaptados, ginástica, lutas e dança. Dentre estas atividades, ele afirma que a maior dificuldade encontrada é desenvolver aulas de dança visto que requer percepção sonora. “Além de não trabalhar os esportes individuais evito ao máximo as aulas de dança devido ao grau de dificuldade por não terem a percepção do som”. Diante a variedade de atividades pedagógicas dentro da Educação Física e do pouco tempo de experiência com estes alunos, percebe-se que o professor não consegue elaborar propostas inovadoras para estimular a participação dos mesmos.

De acordo com Ribeiro (2009), é importante que o professor leve para a escola propostas inovadoras como, por exemplo, os esportes adaptados que favorecerá a participação do aluno com deficiência. Costa, Souza (2004), citam também como possibilidade o trabalho com atividades inclusivas, o que permite aos alunos ouvintes perceberem as dificuldades vividas pelo colega DA e/ou surdo.

O professor entrevistado relata também que existe uma dificuldade em trabalhar no mesmo ambiente com alunos surdos e DA e com alunos não deficientes, pois os alunos surdos e DA tem como professor de Educação Física o intérprete.

Percebo que os alunos surdos e deficientes auditivos não conseguem me ver como o professor porque a pessoa que mais tem o contato com eles é o interprete. Vejo isso durante o tempo em que estou explicando alguma atividade e surge alguma dúvida eles nem olham para mim e perguntam para o intérprete o que querem saber.

Analisando as respostas dadas pelo entrevistado, foi possível verificar que o professor de Educação Física que leciona para alunos surdos e com DA precisa preparar aulas que sejam atrativas. Dessa forma é preciso buscar com atividades que despertem vontade de participar e

superar os desafios. Supões-se organizando as aulas criativas o professor consegue a participação de todos os alunos deficientes ou não.

Por fim, baseado na pesquisa realizada imagina-se que o professor entrevistado poderia também desenvolver aulas com conteúdos relacionados aos esportes adaptados para que os demais alunos tivessem a oportunidade de vivenciar a deficiência do colega. Percebe-se que o mesmo, talvez pelo pouco tempo trabalhando com estes alunos, teme em arriscar novas atividades como, por exemplo, a dança. O importante é enfatizar e perceber a capacidade que estes alunos possuem. Eles não ouvem, mas são capazes de andar, correr, saltar, entender as atividades propostas e tentar fazê-las.

## Considerações Finais

Tendo em vista as análises realizadas ao longo deste estudo, conclui-se que a inclusão dos alunos deficientes auditivos e/ou surdos nas aulas de Educação Física é possível, sendo necessárias algumas mudanças no planejamento das aulas, pequenas adaptações nas atividades propostas e criando formas de comunicação para que o aluno compreenda e seja compreendido.

O professor de Educação Física pode realizar aulas com os alunos DA e/ou surdos por meio de várias atividades pedagógicas como esportes, dança, lutas, jogos e brincadeiras. Portanto, é recomendado, quando necessário fazer adaptações específicas, possibilitando assim a prática corporal junto com os alunos que não possuem deficiência. É válido lembrar que diante da diversidade de conteúdo na área de Educação Física, o professor precisa ter boa vontade para planejar as aulas e conhecimentos específicos sobre a deficiência em questão.

Por intermédio desta pesquisa foi possível verificar que a principal estratégia que o professor de Educação Física utilizou para a inclusão dos alunos surdos e DA nas aulas de Educação Física foi propor atividades em grupos. Como possibilidades de inclusão, o professor enfatizou as atividades realizadas em grupos como: queimada, pega-pega, rouba bandeira, dama, xadrez, futsal, voleibol e handebol. Pensar a atividade em grupo também é uma forma de adaptação que possibilita a inclusão destes alunos. A maior dificuldade do professor é a de ministrar aulas de dança para alunos Surdos e DA, uma vez que possuem pouca, ou nenhuma percepção sonora. É fundamental que, diante do leque de possibilidades, o professor diversifique as aulas, e insira novos desafios aos alunos, possibilitando a eles atividades diversificadas. O mais importante foi

verificar que, apesar de pouca adaptação feita pelo professor, é possível desenvolver aulas para os alunos DA e surdos, fazendo com que se sintam incluídos envolvidos com as atividades. Acredita-se que dessa forma, os mesmos participem efetivamente das aulas de Educação Física.

## Referências

ALBUQUERQUE, Edneia Rodrigues; MACHADO, Laêda Bezerra. Sem amor não se consegue desenvolver um bom trabalho: análise das representações sociais de professoras sobre inclusão escolar. **Revista Educação Especial**, v. 22, n. 33, p. 73-84, jan./abr. 2009. Disponível em <http://cas-cavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/educacaoespecial/article/view/170>. Acesso em: 12 de março de 2012.

BRASIL. LDB. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 10 de março de 2011.

BRASIL. PCN. Ministério da Educação e do Desporto. **Parâmetros Curriculares Nacionais, de Educação Física**, 1997. Disponível em: <[WWW.portal.mec.gov.br](http://www.portal.mec.gov.br)> Acesso em: 02 de junho de 2011.

COSTA, Alberto Martins da.; SOUSA, Sônia Bertoni. Educação Física e esporte adaptado: história, avanços e retrocessos em relação aos princípios da integração/inclusão e perspectivas para o século XXI. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, vol. 25, n. 3, maio 2004. Disponível em: <<http://www.rbceonline.org.br/revista/index.php/RBCE/article/view/236/238>>. Acesso em: 01 de maio de 2012.

COSTA, Vanderlei Balbino. Inclusão escolar na educação física: reflexões acerca da formação docente. **Revista de Educação Física**, dez. 2010. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1980-5742010000400009&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1980-5742010000400009&script=sci_arttext)> Acesso em: 23 de novembro de 2011.

CRUZ, Mariana Sodário; et al. Prevalência de deficiência auditiva referida e causas atribuídas: um estudo de base populacional. **Caderno de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, maio 2009. Disponível em: <<http://docs.google.com>> Acesso em 18 de novembro de 2011.

FILHO Paulo José Barbosa Gutierrez, et al. Concepções, opiniões e atitudes docentes associadas à Inclusão da pessoa com Deficiência na Educação Física: uma revisão da produção científica brasileira. **Periódicos Eletrônicos em Psicologia**. vol.17 n.º.1, 2011. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1729-48272011000100003&script=sci\\_arttext](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1729-48272011000100003&script=sci_arttext)> Acesso em 21 de março de 2011.

GORGATTI, Márcia Greguol; COSTA, Roberto Fernandes. Atividade Física Adaptada: Qualidade de vida para pessoas com necessidades especiais. In: ALMEIDA, Antônio. **Atividade Física e Deficiência Auditiva**. 2º ed. Barueri: Monole, 2008. p. 128-147.

JESUS, Lisiane Nunes. **Inclusão do deficiente auditivo. Alicerce: família, escola e sociedade**. 2º Ed. Rio de Janeiro: Editora Papers, 2009. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?hl=pt>>. Acesso: 15 de novembro de 2011.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. A prática pedagógica mediada (também) pela língua de sinais: Trabalhando com sujeitos surdos. **Caderno Cedes**, ano XX, n. 50, abril 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v20n50/a06v2050.pdf>> --->. Acesso em: 12 de novembro de 2011.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência. **Caderno Cedes**, vol. 26, n. 69, maio/ago. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v26n69/a04v2669.pdf>>. Acesso em: 12 de novembro de 2011.

MACIEL, Priscila Amanda; MIGUEL, Juliana; VENDITTI JUNIOR, Rubens. Reflexões a respeito da inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais em aulas de Educação Física escolar: concepções e formação profissional. **Revista Digital Buenos Aires**, abril 2009. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd131/pessoas-com-necessidades-educacionais-especiais-educacao-fisica.htm>>. Acesso em 20 de agosto de 2011.

MARQUES, Keury Gomes; SILVA, Renata Vanessa; SILVA, Rita de Fátima da Silva. Atividades inclusivas na Educação Física escolar. **Revista digital Buenos Aires**, abril 2008. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd119/atividades-inclusivas-na-educacao-fisica-escolar.htm>. Acesso em 20 de agosto de 2011.

MITTLER, Penny; MITTLER, Peter. Rumo a inclusão. **Pró-posições**, vol. 12, n. 2-3, jul./nov. 2001. Disponível em: <<http://www.proposicoes.fe.unicamp.br>>. Acesso em: 15 de outubro de 2011.

OLIVEIRA, Flávia Fernandes. Dialogando sobre educação, educação física e inclusão escolar. EFDesporte. com. **Revista Digital**. Ago. 2002. Disponível em: <<http://www.efdesporte.com/efd51/educa.htm>>. Acesso em: 21 de abril de 2012.

RIBEIRO, Sônia Maria. **O esporte adaptado e a inclusão de alunos com deficiências nas aulas de Educação Física**. Tese de Doutorado – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2009. Disponível em: <<http://www.unimep.br/phpg/bibdig/pdfs/2006/INAYIPCIURCT.pdf>>. Acesso em: 08 de abril de 2012.

SILVA, Natal da.; SAMPAIO, Tânia Mara Vieira. A formação docente e a inclusão da criança com deficiência auditiva nas aulas de educação física. **Educação Física em Revista**, v. 04, n. 1, 2010. Disponível em: <<http://portalrevistas.ucb.br/index.php/efr/article/viewFile/1560/1128>>. Acesso em: 11 de novembro de 2011.

SMELHA, Luciane Najar; FERREIRA, Iolete de Vlieger. Prazer e sofrimento docente nos processos de inclusão escolar. **Revista Educação Especial** n. 31, 2008. Disponível em: < <http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/educacaoespecial/article/view/8> >. Acesso em: 11 de março de 2012.

SOUTO, Maria da Conceição Dias, *et al.* Integrando a Educação Física ao Projeto Político Pedagógico: perspectiva para uma educação inclusiva. *Revista de Educação Física*, jul./set 2010. Disponível em< [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1980-65742010000300025&script=sci\\_art-text](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1980-65742010000300025&script=sci_art-text)>. Acesso em 19 de novembro de 2011.